

A maioria dos empresários quer mudanças na nossa economia

Essa é a posição de 94% dos empresários do Rio de Janeiro, segundo uma pesquisa.

A quase totalidade (94%) dos empresários do Rio de Janeiro acham que a mudança da atual política econômica, com a retomada do desenvolvimento, é a única saída para o País. E, igualmente, outros 94% são favoráveis à abertura política.

Os dados fazem parte de uma pesquisa realizada pelo Centro Industrial do Rio de Janeiro, que em outubro enviou 450 questionários às empresas filiadas (224 delas responderam). O objetivo era levantar as tendências de opinião do empresariado fluminense quanto aos principais problemas nacionais, para elaborar em seguida um documento com reivindicações a ser entregue aos dois candidatos à Presidência da República.

Dos empresários que se manifestaram pela mudança da política econômica, 64,3% acham melhor que essa alteração se faça gradativamente, enquanto 30,8% preferem que o processo seja radical. Apenas 0,9% dos entrevistados se manifestou pela manutenção da política econômica vigente.

Os empresários fluminenses apontaram a inflação como o maior problema que afeta as atividades de suas empresas, assim se manifestando 73,2% dos entrevistados. A falta de confiança nas autoridades, pelas freqüentes mudanças de orientação, foi apontada por 64,3% dos empresários como o segundo maior problema em importância, seguindo-se a recessão, fator apontado por 63,8% dos entrevistados. Com percentuais menores figuram a "crescente interferência governamental" (41,5%) e o "endividamento" (26,8%).

Recessão

Segundo o Centro Industrial do Rio de Janeiro, "os problemas mais relevantes estão todos interligados, formando um quadro recessivo complexo, de difícil solução no que tange aos problemas que afetam a atividade econômica". Tal situação, diz a entidade, "leva a descrença nas autoridades e a um estado de perplexidade, de insegurança e de

apatia, inibindo a capacidade empresarial".

Entre os problemas da área social estão a queda do poder aquisitivo do assalariado, sobretudo de classe média, com 84,8% das respostas, seguindo-se o desemprego, com 78,6%, enquanto a crise da Previdência Social ficou com 42,4% e a crise do sistema financeiro da habitação teve 40,6% das respostas.

Das questões da área institucional, predominaram com 94,2% as respostas dos empresários que se manifestaram a favor do processo de abertura política, que reuniu respostas contrárias de apenas 3,1% dos entrevistados. A reforma constitucional foi apontada por 66,3% dos empresários como o mais importante fator para consolidar a abertura política. Mas os empresários se manifestaram divididos quanto ao atual panorama sucessório, pois 41,1% responderam afirmativamente, enquanto 54,5% acham que a sucessão ainda está indefinida. Pelas eleições diretas ficaram 62,3% dos empresários, e pelas indiretas apenas 11,5%.

Indústria naval

O Brasil precisa ter um programa de construção naval para substituir 60% de sua frota, já obsoleta, e produzir navios mais modernos, dotados de motores mais econômicos e de características hidrodinâmicas, que também contribuam para reduzir o consumo de combustível.

Esta opinião foi manifestada ontem pelo presidente da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e também presidente do Estaleiro Caneco, Arthur João Donato, que denunciou a prática pela Coréia do Sul, de dumping nos preços dos navios, com utilização de mão-de-obra semi-escravizada e importação de componentes com preços subsubsidados.

Segundo Donato, a indústria de construção naval necessita de um programa estável de encomendas, capaz de proporcionar a construção de navios com capacidade de 5

milhões de toneladas. Assim, disse, será possível eliminar os elevados dispêndios cambiais com afretamento de navios estrangeiros de cabotagem e de longo curso, que custou ao Brasil este ano, até agosto, cerca de US\$ 300 milhões. O crescimento previsto, pouco inferior nos próximos anos a 10% ao ano, do comércio marítimo internacional, justifica aquela projeção, disse o presidente da Firjan, ao assinalar a importância do setor nacional de construção naval sair da crise em que se encontra.

O presidente do Estaleiro Caneco mostrou-se preocupado com o futuro da construção naval no Brasil, porque não há novas encomendas capazes de encorajar os empresários. Até agora, o governo só definiu a construção de oito petroleiros para a Petrobrás, para transporte de cabotagem, dos quais, cinco de 30 mil toneladas e três de 50 mil toneladas, com cada embarcação ao custo de US\$ 30 milhões. A capacidade atual dos estaleiros nacionais é de 2 milhões de toneladas por ano.

Donato disse que, a continuar a atual situação, vai agravar-se a queda da atividade da indústria de construção naval, hoje operando com apenas 60% de sua capacidade instalada. O Estaleiro Caneco antes funcionava com cerca de sete mil operários, e agora esse contingente está reduzido a apenas três mil trabalhadores. "Se não receber novas encomendas serei obrigado a fechar as portas do estaleiro", assinalou Donato.

Santista

Em São Paulo, o diretor do grupo Moynho Santista, Luiz Bertasi Filho, informou que diante das incertezas da economia para 85 a empresa está fazendo previsões cautelosas. O grupo espera manter seus negócios nos próximos meses em evolução igual à da inflação, mas planeja investir apenas o necessário, depois de ter gasto Cr\$ 13 bilhões na ampliação de sua tecelagem na cidade de Americana.